

A escola de Alcobaça

Carlos César Correia Gonçalves
Bibliotecário-Geral da ULHT

Resumo

Depois de se referir o ambiente onde se enquadra a Abadia de Santa Maria de Alcobaça, aponta-se o cunho aqui marcado da chamada “revolução escolar” do século XIII, em que os conteúdos e métodos de ensino se manifestam com um sentido novo, próprio das Universidades da época.

Efectivamente, a Ordem de Cister vai na procura de se cercar do mais rigor e riqueza da Regra de São Bento.

Entretanto o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça recebe uma doação de D. Afonso Henriques.

A contribuição do Mosteiro para a cultura portuguesa foi bastante reduzida nos primeiros tempos de existência, limitando-se a pouco mais que as leituras rotineiras de Teologia e de ensino só para os monges. Porém, organizada a exploração dos coutos de Alcobaça e feita a pacificação da região, foi possível aos frades dedicarem-se à cópia e iluminações de documentos.

No ensino, na Escola de Alcobaça, depois de só se ensinar Teologia, entre 1252 e 1276, depois de uma reforma dos estudos, começa-se a ministrar Gramática e Lógica. Todavia, a grande reforma do ensino, manifestou-se na transformação do ensino com a sua passagem para o público, o que até então era só para monges.

Sabe-se que a partir do século XIII, o Mosteiro de Alcobaça se voltou para uma cultura universitária, vindo a ser precursor de uma nova Universidade.

Abstract

After presenting the environment where Santa Maria Abbey is, I mention the well known “scholar revolution”, in the 13th century, when the contents and methods of teaching take a new meaning, proper of the Universities of this period.

In fact, Cister Order intends to get the most possible rigour and wealth in São Bento Regra.

Meanwhile, the Monastery of Santa Maria, in Alcobaça, receives a donation from D. Afonso Henriques.

The contribution of the monastery for the Portuguese culture was not much in its first times, limited quite only to the customary readings and technology and to teach the monks.

However, only when the exploration of the hunting grounds was organized and the pacification of this region took place, was possible for the monks to dedicate their time to copy and illuminate the documents.

In which concerns teaching, in Alcobaça School, only after teaching Theology, between 1252-1276, and after a reform in studies, it was possible to teach Grammar and Logic.

However, the great reform in the teaching area, occurs with the transference to the public sector from what, until then, was only for the monks.

It is known that only after the 13th century, the Monastery of Alcobaça turned to an academic culture, being predecessor of a new University.

0

Introdução

De cima de um outeiro observa-se toda a magnificência da Abadia de Santa Maria de Alcobaça. Erguendo-se imponente num vale ainda agora intensamente cultivado, o mosteiro é obra de Cistercienses que aqui se instalaram no século XII.

A imensa e altiva edificação ostenta um amontoado de estilos, fruto das diversas obras realizadas ao longo de vários séculos e que foram amaciando as linhas austeras do traço primitivo. Casa de religiosos, casa de cultura, guardião de erudições antigas, a Abadia atravessou tempos cruéis, em que por toda a parte grassava a ignorância e a barbárie, mantendo viva a chama do saber, transmitindo-a e perpetuando-a ao longo dos séculos.

Foi em Alcobaça, do labor e saber dos monges, que nasceram os primeiros relatos dos factos que marcaram a evolução do recém-formado reino, se perpetuaram os ensinamentos dos mestres da antiguidade, e se ministraram as primeiras aulas públicas de Portugal.

Estamos na Idade Média, longo período da história da humanidade que começa por volta do século V e só acaba com o Renascimento.

Tenebrosos anos foram esses que a Europa viveu. Séculos de contínuo progresso intelectual são substituídos pela estagnação e o obscurantismo, a organização social legada pela antiga Grécia e por Roma dá lugar à barbárie das tribos bárbaras que atacam e dominam o grande Império. Os sinais de derrocada que abalaram o Império Romano iniciaram-se, contudo, bastante antes das invasões bárbaras que lhe ditaram o fim definitivo. O fim do império romano não foi um colapso súbito, apocalíptico. Não se lhe consegue mesmo atribuir uma data ou um acontecimento fulcral e determinante. Foi antes um acumular de causas, das mais diversas sortes, que minaram a integridade, desagregaram a estrutura e que acabaram por ditar a divisão, e o fim, do maior império que a humanidade ousou criar. A sua própria grandiosidade contribuiu para a sua agonia.

Roma havia estendido a sua influência por uma área demasiado grande face aos recursos que detinha, consentiu numa burocracia tentacular que, à mistura com alguma corrupção, converteu o vasto império numa gigantesca máquina mal oleada, muito difícil de governar. A quase paralisação da economia e o descalabro do valor do dinheiro degradaram grandemente a situação sócio-económica dos cidadãos comuns e provocam um descontentamento geral da sociedade romana.

A agravar a situação interna, surgem constantes lutas pelo controlo do poder, que conduzindo a intermináveis guerras civis, minaram a autoridade e consumiram recursos necessários à defesa das extensas e distantes fronteiras, acoçadas pelas tribos Germânicas.

Estes povos atacantes, que os Romanos tinham por bárbaros, moviam-se numa sociedade regida por um modelo organizacional claramente inferior ao do grande Império. As motivações de conquista dos Germânicos prendiam-se, fundamentalmente com a anexação de territórios, a aquisição de riquezas e poder, longe de quaisquer preocupações de difusão da sua própria cultura. Ao bem estruturado Império Romano sucede-se o quase caos, o desmantelar da estrutura civilizacional existente.

Vagas sucessivas de invasores mergulham a Europa num sangrento campo de batalha. Inicia-se então um período negro na história da humanidade, um tempo de constante violência, pejado de guerras, fome e ignorância. Com a fragmentação da autoridade e a ausência de estados, de um governo central, de uma organização política satisfatória, o desenvolvimento social e económico era

nulo o comércio, praticamente inexistente e a actividade cultural nula. A escola foi das instituições que mais sofreu com o colapso do império, desaparecendo por completo todo o antigo sistema de educação pública e municipal.

Algo se manteve, contudo, da estrutura da civilização Romana. O feudalismo, o modelo económico e organizativo por excelência da Idade Média, é herdeiro das tradições imperiais, ao basear-se nas leis da terra vigentes na última fase do domínio Romano.

A grande continuidade é porém estabelecida pelo Cristianismo que se conseguiu afirmar como sobrevivente ao terrível período de ruptura. Apesar de também ela estar sujeita a forças de fragmentação, com o poder dividido entre os vários bispos, a Igreja cristã acabou por ser a única instituição sobrevivente. Herdeira cultural do império, a Igreja cristã desempenhou um papel extremamente importante na salvaguarda da cultura clássica.

Os edifícios religiosos, espalhados por toda a Europa, guardavam a memória da riquíssima cultura da antiguidade.

Ainda antes da total extinção da rede escolar – o que não ocorreu numa data bem definida, nem a um só tempo em todo o antigo império, tendo mesmo sobrevivido em alguns países da orla mediterrânea – a Igreja sentiu necessidade de formar os seus membros. Esse empenho ficou a dever-se especialmente à degradação do ensino que se verificou nos últimos anos do império romano mas também porque o programa da escola romana não correspondia à aspiração dos clérigos. Os religiosos pretendiam acima de tudo estudar a Bíblia e os textos sagrados, receavam que a leitura dos poetas pagãos escandalizasse os alunos e, quem sabe, os desviasse do «caminho da verdade».

É assim que, ao longo da Idade Média, vemos surgir, escolas instaladas em mosteiros – escolas monásticas – e escolas eclesiásticas, essencialmente com duas vertentes: rural e urbana. As rurais, agregadas às pequenas paróquias - escolas paroquiais - destinavam-se a jovens clérigos, pelo menos inicialmente pois mais tarde irão dar instrução elementar a todos os laicos que o desejem. As escolas episcopais funcionavam junto à residência do bispo, em meio urbano.

Em face de uma relativa pacificação dos territórios que constituem a Europa Ocidental a partir do século X, houve um ressurgimento da vida urbana, com a dinamização do comércio e dos pequenos ofícios artesanais.

Surgiu assim uma diversificação das classes sociais com o aparecimento da burguesia. Esta classe nascente está sobretudo interessada no comércio e precisa de algum saber para gerir os seus negócios. A nova situação vai dar um incremento às escolas leigas e aos estudos liberais. Surgem escolas ligadas a confrarias que, além de ensinarem e regulamentarem os ofícios, ministravam as primeiras letras e os rudimentos de aritmética.

S. Marcos, a escrever os evangelhos. Ilustração de um manuscrito bizantino do século XIII.

A intensificação do comércio e a alteração da estrutura social contribuíram grandemente para o que alguns autores chamam de “revolução escolar” do século XII. Na verdade, se a situação da escolaridade até quase finais do século XI é bastante precária, quase limitada às escolas eclesiásticas, dependentes de catedrais ou mosteiros, por vezes com um baixo nível cultural e em número reduzido, o crescimento económico e demográfico desse século, em particular o desenvolvimento urbano, vai provocar uma evolução quantitativa na rede escolar com o aumento muito significativo do número das escolas urbanas.

Os conteúdos e os métodos do ensino também sofrem uma renovação, havendo uma clara elevação da qualidade do ensino ministrado.

Um pouco à semelhança dos sofistas na antiga Grécia, o ensino aparece agora muito centrado na figura do professor.

Os estudantes deslocam-se de toda a Europa em busca dos mestres mais brilhantes que seguem sempre que estes mudam de cidade. Em finais do século XII, começa a dar-se o sedentarismo dos professores e estudantes nas cidades que, de alguma forma, lhes oferecem melhores condições. Para os habitantes da cidade são estrangeiros, nem sempre bem vindos pela indisciplina e tumultos que causam. Procurando alguma protecção contra uma possível hostilidade ou precavendo-se da simples exploração por parte dos locais, mestres e alunos organizam-se segundo um modelo que vão buscar às confrarias de artesãos. Dá-se assim o nascimento das Universidades.

É certo que nem todas as Universidades apareceram como resultado da iniciativa de alunos e professores. Algumas são criadas por instâncias superiores, nomeadamente por decreto régio – como é o caso de Portugal.

Mas assim aconteceu com duas das universidades mais marcantes da Europa medieval: Bolonha e Paris, a primeira baseada na organização dos estudantes e a segunda na dos professores. Foi precisamente nesta última que leccionou um dos mestres mais brilhantes desta época, Pedro Abelardo. Começou por ensinar Dialéctica e Filosofia, dedicando-se depois à Teologia, considerada na altura como um saber superior. O seu fulgor, as suas ideias irreverentes e a sua condição de pensador livre chocaram a Igreja, que inicialmente não tinha tentado seriamente controlar as universidades nascentes. No entanto Abelardo foi suficientemente incómodo para irritar Bernardo de Clairvaux, um eminente eclesiástico francês. Este abade cisterciense denunciou as actuações de Abelardo ao Papa Inocêncio II, procurando condená-lo pelos seus ensinamentos e obras, que considerava demasiado cépticos e racionais.

1

O papel da igreja como guardiã da cultura clássica foi fundamental

Foram os livros e documentos que se encontravam à guarda dos eclesiásticos, sobretudo nas bibliotecas dos mosteiros, que serviram de semente ao renascer do conhecimento. Esses preciosos textos são primeiro conservados e posteriormente copiados e anotados por monges dedicados ao seu trabalho.

Na Europa medieval os monges reproduziam os livros copiando e ilustrando diligentemente textos completos numa secção dos mosteiros designada por scriptorium. Os mosteiros congregavam homens que queriam dedicar a sua vida à oração, ao trabalho e ao estudo. Pela sua ocupação, os monges

tinham que saber ler a Bíblia e outros textos sagrados e, para tal, tinham que saber latim.

Uma das ordens religiosas que mais se distinguiu foi a Regra de S. Bento. Criada com num espírito de austeridade e humildade, a ordem insistia na obrigatoriedade do estudo, do trabalho manual e da oração. Mas, com o passar dos anos, o pensamento de S. Bento foi deturpado. Pouco a pouco, passou-se de um regime de trabalho e humildade para um ambiente de ócio e luxo, verdadeira traição ao ideal do fundador. Roberto, abade do mosteiro de Molesmes, sentiu necessidade de reformar a ordem o que originou a sua saída do mosteiro, em busca do espírito primitivo da regra. Fixou-se com alguns seguidores em Cister, na altura um local isolado, mas foi obrigado pelo Papa a regressar ao seu mosteiro de origem. No entanto, a ideia de reforma estava lançada e deixou seguidores. Bernardo foi um dos que aderiram à ideia saindo dali depois para fundar o seu mosteiro em Claraval (ou Clairvaux, como atrás o designamos). Foi este abade que deu o impulso definitivo a esta nova ordem: a Regra de Cister. Temos assim que a ordem de Cister é uma aplicação mais rigorosa da Regra de S. Bento, contra a deformação que então se verificava.

2

Definiciones da Ordem de Cister, documento de 1593

A Ordem de Cister impôs-se e propagou-se por toda a Europa, acabando por chegar a Portugal. O primeiro mosteiro cisterciense no território português de que há notícia situou-se em S. João de Tarouca, inicialmente uma comunidade de beneditinos que aderiu à reforma de Cister (sobre a Ordem de Cister em Portugal ver Matos, 1999). Algumas dezenas de anos mais tarde, monges franceses fundaram o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, a partir de doações feitas pelo rei Afonso Henriques. Esta viria a ser, sem margem para dúvida, a casa Cisterciense de maior projecção em Portugal (Gusmão, 1992).

3

Vista do claustro do Mosteiro de Alcobaça

Quando os primeiros monges vieram ocupar as terras regadas pelas Ribeiras Alcoa e Baça, em meados do século XII, a região estava desertificada, à parte alguns moçárabes que tinham ficado após a retirada do povo islâmico. As fronteiras de Portugal não estavam definidas e a região vivia uma situação ainda muito instável, com frequentes incursões de guerreiros muçulmanos. Há notícia de os monges terem sido massacrados numa dessas investidas, cerca do ano de 1190.

Pelas regras impostas pela ordem, os frades deviam garantir o seu sustento, através do trabalho da terra, pelo que foi necessário desbravar os terrenos incultos, secar pântanos, fertilizar a terra.

Durante o primeiro século em Alcobaça a vida dos monges foi dura, dividindo-se entre a construção da abadia, a exploração agrícola – no que aliás eram reconhecidamente bons – e a fixação de colonos nos seus domínios (Gusmão, 1992; Saraiva, 1983).

A contribuição do Mosteiro para a cultura portuguesa foi assim bastante diminuta nos seus primeiros tempos de existência, limitando-se a pouco mais que leituras rotineiras de Teologia e algum ensino a monges.

Uma vez organizada a exploração dos coutos de Alcobaça e feita a pacificação da região, puderam os frades dedicar-se a outras tarefas. Entregaram-se então à vida intelectual. Sabe-se que tinham um importante scriptorium, onde copiavam e iluminavam muitos manuscritos.

A biblioteca do mosteiro era das mais ricas de Portugal. Lá se podiam encontrar obras de escritores consagrados – como Isidoro de Sevilha, S. Jerónimo, Santo Agostinho, S. Tomás de Aquino, Cassiodoro, S. Gregório, Hugo de sS, Victor – e diversos vocabulários, dicionários, gramáticas e comentários. Livro dos usos da ordem de Cister, códice alcobacense nº 278, sec. XV

Inicialmente a escola de Alcobaça destinava-se apenas a monges e o seu ensino era limitado à Teologia. Porém, sob a regência da abade Estevão Martins (1252-1276) deu-se uma reforma nos estudos. A abadia passou a ministrar também Gramática e Lógica. Mas a mudança mais marcante (e importante) foi a determinação de que as aulas passassem a ser públicas, ou seja, pessoas estranhas à ordem podiam assistir às lições. Assim, a 11 de Janeiro de 1269 aconteceu a primeira aula pública do reino de Portugal (Carvalho, 1986; Mattoso, 1993-94; Almeida, 1967).

4

De Numeris ou a arte de contar pelos dedos, Códice Alcobacense Nº 426, Séc. XII-XIII

A existência da escola pública de Alcobaça está documentada nas obras de historiadores da Ordem de Cister em Portugal, eles próprios monges cistercienses. Recentemente, alguns autores (nomeadamente, Mário Brandão, 1963) põem em causa a veracidade das afirmações feitas nessas obras, face à descoberta de várias imprecisões. Tais imprecisões ficariam a dever-se ao facto de Alcobaça rivalizar então com outro mosteiro igualmente importante na cena

cultural portuguesa, o de Santa Cruz de Coimbra, da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. A Abadia de Coimbra era uma consagrada escola monástica, assinalável pelos seus mestres, pela biblioteca e pelo seu scriptorium.

Aí se leccionou Teologia, Dogmática e Moral, e Medicina. Nesta escola estudou Fernando Martins que, adoptando o nome de António, viria a ser conhecido por Santo António de Lisboa (ou de Pádua).

Cronistas de uma e outra ordem tendem a enaltecer os feitos e glória do seu Mosteiro, exagerando nos atributos, poderes e bondade dos seus actos. No entanto, parece certo que os dois mosteiros contribuíram decisivamente para a transmissão e evolução da cultura em Portugal. São conhecidos numerosos códices de ambas as abadias, estando grande parte deles devidamente guardados e havendo notícia do desvio e destruição de muitos outros.

Outra afirmação corrente, que também levanta algumas dúvidas, é relativa à contribuição decisiva dos abades de Alcobaça, de Santa Cruz de Coimbra e de S. Vicente de Fora (de Lisboa e também da Ordem dos Cónegos Regrantes) para a fundação da Universidade em Portugal. Diz-se que estes prelados, em conjunto com outros de menor vulto, se reuniram e redigiram um documento em que faziam sentir a D. Dinis, então rei de Portugal, a falta de Estudos Gerais no país, criadas que já tinham sido várias Universidades no estrangeiro. Dado o acordo do rei nasce então a Universidade de Lisboa. Está comprovado o facto de alguns mosteiros e igrejas, nomeadamente o de Santa Maria de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra terem contribuído monetariamente para os salários dos professores quer em Lisboa quer mais tarde em Coimbra. Certa é também a sua prestação em mestres, pois muitos dos professores universitários saíram das escolas monásticas de Alcobaça e St^a. Cruz de Coimbra (Carvalho, 1986).

Entretanto, subsistem dúvidas quanto a saber se a escola de Alcobaça se tornou pública ou se se manteve sempre restrita aos monges sendo certo que sempre ali se ensinou e produziram manuscritos. Também é certo ser grande o saber destes frades em questões de agronomia o que lhes terá permitido transformar aquela região inóspita em produtivos campos, ainda hoje explorados. Nas suas escolas agrárias, essencialmente práticas, os camponeses aprendiam a rotação de culturas e outras técnicas avançadas para aqueles tempos.

O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça teve sucesso material e uma grande influência política e social, traduzida nas benesses que os vários reis deram a sucessivos abades de Alcobaça. No entanto, pouco a pouco o espírito da Ordem foi adulterado. Os abades tornaram-se verdadeiros senhores feudais e o mosteiro passou a viver numa opulência que desafiava os objectivos da Ordem de Cister.

Ainda no século XIII, Alcobaça pediu dispensa de ser visitada pelos delegados da Casa Mãe da Ordem de Cister, desligando-se assim de Claraval e do seu poder regulador. Este processo foi facilitado pelo Grande Cisma do Oriente e pelo facto de, nesse conflito, o rei de Portugal e a Ordem de Cister seguirem Papas diferentes. Alcobaça manteve-se cisterciense só no nome, mas a sua influência na cultura e no ensino em Portugal continuou inalterada até ao século XVIII. Citando Mattoso (1993-94) podemos afirmar que Alcobaça aguarda ainda o seu historiador.

5

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja em Portugal*, vol. 1, Porto, 1967.
- ANDRADE, António A. B. – *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. 1, Lisboa, 1980.
- BALDWIN, John W. – *The Scholastic Culture of the Middle Ages 1000-1300*, Massachusetts, 1971
- BRANDÃO, Mário – *A escola pública de Alcobaça. Um embuste da historiografia alcobacense*. Coimbra, 1960.
- Carvalho, Rómulo de – *História do ensino em Portugal*, Lisboa, 1986.
- COCHERIL, Maur – *Alcobaça: abadia cisterciense de Portugal*, Lisboa, 1989.
- Enciclopédia Encarta*, Microsoft (suporte em cd-rom), 2000.
- GUSMÃO, Artur Nobre – *A Real Abadia de Alcobaça*. Lisboa, 1992.
- MATOS, Leonor Correia – *A Ordem de Cister e o reino de Portugal*. Lisboa, 1999.
- MATTOSO, José – *História de Portugal*,. 2º vol, Lisboa, 1993-1994.
- MONROE, Paul – *História da educação*. S. Paulo, 1976.
- MARQUES, A. Oliveira – *A Sociedade medieval portuguesa*, Lisboa, 1974.
- OLIVEIRA, P. Miguel – *História Eclesiástica de Portugal*, Mem Martins, 1994.
- SARAIVA, António José – *A cultura em Portugal Teoria e História*. Lisboa, 1983.
- SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*, 1º vol., Porto, 1986.
- SILVA, Oceana de Nazaré – *Subsídios para o estudo da Ordem de Cister em Portugal*, Dissertação de Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1947.
- VIAL, Jean; MIALARET, Gaston – *História Mundial da Educação*, 1º vol., Porto, 1978.

SITES

- <http://www.terravista.pt/bilene/1754/mosteiro.htm>
- <http://www.unesco.org/whc/sites/505.htm>
- <http://www.manorhouses.com/unesco/whalco.html>
- <http://www.sribascad.com/QTVR-Alcobaca/>
- <http://www.cister.net/>
- <http://club.telepolis.com/sanbenito/cister.html>